

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 23/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2019

(Contém 17 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 23/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2019**

Aos quinze dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Albertina Maria Costa Oliveira e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião os Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz e Nelson António Rosa dos Santos.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 29 de outubro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou as faltas dos Senhores Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz e Nelson António Rosa dos Santos, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DO RESTAURANTE E BAR SITO NO PORTO DOS CARNEIROS:**

Sobre o concurso público para a atribuição do direito de utilização do Restaurante e Bar sito no Porto dos Carneiros, apresentado na reunião camarária de 27 de setembro de 2019, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual o ponto de situação do procedimento.

A Senhora Presidente explicou que foi publicado o anúncio do concurso público e houve doze empresas interessadas na aquisição do caderno de encargos, mas apenas duas empresas apresentaram proposta: Abel Manuel Germano Cabral e RBRPT – Especialidades Gastronómicas e Comércio, Lda. Nesta fase, a Comissão de Análise está a analisar as duas propostas apresentadas, pelo que posteriormente o processo será presente à reunião da Câmara Municipal para adjudicação.

A Câmara tomou conhecimento.

CONCURSO DA INCINERADORA EM SÃO MIGUEL:

A Senhora Presidente informou que, desde a última reunião, não houve evolução sobre o assunto da incineradora em São Miguel e a AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel não desistiu da ideia de instalar uma incineradora na ilha de São Miguel. Mais informou que a AMISM decidiu que não iria reclamar da decisão do Tribunal de anular a adjudicação da obra.

A Senhora Presidente expôs que, conforme foi referido na reunião passada, se a decisão for a de mandar os resíduos produzidos na ilha de São Miguel para a incineradora na ilha Terceira, acrescerá um problema logístico de transporte marítimo que, atualmente, não tem regularidade adequada a essa necessidade e a incineradora na Ilha Terceira não tem



capacidade para incinerar os resíduos da Ilha de São Miguel, na ordem de 80.000 toneladas por ano, além da pegada ambiental que esta operação deixa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou o porquê da AMISM não reclamar da decisão do Tribunal de anular a adjudicação da obra.

A Senhora Presidente informou que a ação foi apresentada por uma empresa que não ganhou o concurso e o Tribunal ao analisar o processo constatou que o júri considerou válida a proposta vencedora, quando a mesma tinha critérios para ser excluída. Foram excluídas as duas propostas. A empresa que era a vencedora pode ainda apresentar recurso e, se apresentar, a AMISM fica impedida de abrir novo concurso e submeter uma candidatura até ao final do ano e inviabiliza o recurso a Fundos Comunitários, uma vez que o próximo Quadro Comunitário de Apoio não terá verbas para incineradoras e aterros.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que, conforme já referiu anteriormente, a Câmara Municipal terá de implementar medidas para aumentar a reciclagem, com a aplicação de multas para os incumpridores e prémios para os cumpridores, como medida incentivadora. Uma outra medida, conforme também já referiu, seria entregarem sacos porta-a-porta às pessoas e explicarem as regras da reciclagem, em vez de ser equipas de pessoal da AMISM que não conhecem os residentes do Concelho de Lagoa.

A Senhora Presidente disse que este assunto, relativo à gestão de resíduos para a ilha de São Miguel, será analisado em próximas reuniões da AMISM.

A Câmara tomou conhecimento.

TAXA TURÍSTICA:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira solicitou informações sobre a aplicação da taxa turística, face à notícia publicada que todos os Municípios de S. Miguel vão aplicar a taxa turística.

A Senhora Presidente informou que esta notícia foi publicada também no âmbito da reunião do Conselho de Ilha de São Miguel. Conforme informou na passada reunião Camarária, a taxa turística é um assunto que tem sido abordado em sede da AMISM e está, ainda, em análise a sua aplicação, pois tinham acordado que a sua aplicação seria em simultâneo para todos os Municípios. Mais informou que só vão avançar depois de ser aprovado o regulamento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado manifestou a sua opinião, dizendo que é contra a aplicação da taxa turística.

A Câmara tomou conhecimento.



NATAL 2019:

A Senhora Presidente informou que pretendem que o Natal de 2019 seja diferente no Concelho de Lagoa. Com base na auscultação aos empresários no ano transato, estes manifestaram a sua insatisfação pela pouca afluência de pessoas no centro da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, uma vez que não houve Mercadinho de Natal, então pensaram numa estratégia para trazer pessoas ao centro e que correspondesse às expetativas dos empresários. Assim, a Câmara Municipal procedeu a um ajuste direto para aquisição de serviços de aluguer e montagem de uma Pista de Gelo Ecológica e árvore de Natal que será instalada na Praça de Nossa Senhora do Rosário, de 1 de dezembro de 2019 até dia 5 de janeiro de 2020.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se haverá pagamento pela entrada na Pista de Gelo e qual o valor do ajuste direto.

A Senhora Presidente informou que a entrada será gratuita, mas haverá pessoas a controlar as entradas. Em relação ao ajuste direto, informou que o valor foi de 20.000,00 €.

A Câmara tomou conhecimento.

PODA DE ÁRVORES NA FREGUESIA DO CABOUÇO:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado alertou a Câmara Municipal para a necessidade de se proceder à poda de árvores na Estrada de Portugal e das Comunidades, na freguesia do Cabouco.

A Senhora Presidente informou que as equipas afetas a esse serviço já estão a proceder à poda das árvores. Iniciaram na rua da Igualdade, na Freguesia de Santa Cruz, mas já estão na Rua da Fonte Velha, na Freguesia do Cabouco, e em seguida irão para a Estrada de Portugal e das Comunidades.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:**PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:



- “O Lugar da Maçã” da autoria de Tomaz Borba Vieira apresentado no Convento de Santo António;
- VII Festival de Sopas contou este ano com 32 participantes;
- Governadora do Distrito 115 Centro-Sul dos Lions de Portugal recebida nos Paços do Concelho;
- Cristina Calisto recebeu Presidente do Conselho de Administração da USISM;
- Cristina Calisto recebeu José Poças Correia, Comandante Regional da PSP;
- Câmara Municipal de Lagoa promoveu sessões alusivas à Igualdade de Género;
- Agrupamento de Escuteiros n.º 798 do Cabouco celebraram 33 anos;
- Azores Challenge Trail em Água de Pau com 220 participantes;
- Lagoa acolheu 2.ª Gala da Associação de Futebol de Ponta Delgada;
- Sónia Nicolau, Deputada Regional, foi a convidada da segunda sessão de Educação Política e para a Cidadania;
- Vigília noturna SOS Cagarro sensibilizou turistas no Hotel Caloura;
- Lagoa recebeu V Jornadas Regionais da Qualidade;
- Centro de Karaté da Lagoa arrecadou várias medalhas no Campeonato de Ilha.

A Senhora Presidente informou que, no passado dia 12 de novembro, recebeu no edifício dos Paços do Concelho, o novo Presidente do Clube Operário Desportivo (COD), Paulo Juromito, para apresentação de cumprimentos, que anteriormente desempenhava as funções de Vice-Presidente. Na reunião foram abordados diversos assuntos, nomeadamente, os objetivos, necessidades e desafios que terão de ser superados pelo Clube Operário Desportivo.

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – VOTO DE LOUVOR – GILBERTO BRANQUINHO:

Foi presente a proposta da Senhora Presidente da Câmara para atribuição de um Voto de Louvor a Gilberto Branquinho, que abaixo se transcreve:

“Gilberto Gouveia Branquinho, natural da Lagoa, revelou, desde cedo uma ligação ao Clube Operário Desportivo, tendo integrado diversos plantéis desde 1973.

Por motivos profissionais dedicou-se em exclusivo à sua vida de empresário tendo, em 1994, regressado ao Clube do seu coração para integrar a comissão instaladora da nova sede do Clube Operário Desportivo, que viria a ser inaugurada em 2006.

Com a sua postura atenta, pedagógica e conciliadora conquistou pessoas e mobilizou vontades, e no ano de 2000 integrou os órgãos sociais do Clube Operário Desportivo, na qualidade de vice-presidente.



Foi assim com naturalidade que, em 2001, assumiu a presidência do Operário, tendo sido sucessivamente reeleito durante quase duas décadas, cessando, por sua iniciativa, essa função no dia quatro de novembro de 2019.

Ao longo dos 19 anos em que esteve ao serviço do Clube Operário Desportivo, Gilberto Branquinho manteve sempre grande amizade e relacionamento interpessoal com os atletas, técnicos e dirigentes fabris.

Imbuído de enorme abnegação e altruísmo e privilegiando o envolvimento com a comunidade lagoense, sempre procurou a colaboração de várias entidades para garantir o apoio e vitalidade ao clube do seu coração.

Para além de ter sido um verdadeiro mentor de jovens e atletas, foi também responsável pelo alcance de resultados desportivos históricos por parte do Clube Operário Desportivo, que contribuíram, similarmente, para fazer deste clube lagoense uma referência a nível regional e nacional. Durante a sua presidência contribuiu de forma assinalável para a afirmação regional das modalidades de Xadrez, Judo, Halterofilismo e Basquetebol, destacando-se a nível nacional no Atletismo, na 1ª Divisão de Futsal e na II Divisão B do Campeonato Nacional de Futebol, ombreando e honrando o nome da Lagoa-Açores por todo o país e somando pontos na história desportiva do nosso concelho.

Face ao exposto e, considerando o seu prestimoso contributo em prol do sucesso do Clube Operário Desportivo e consequente cooperação para o desenvolvimento desportivo local, ao longo dos 25 anos que dedicou a este Clube é dever do Município reconhecer o Sr. Gilberto Branquinho, pelo que, proponho que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de Louvor dirigido a Gilberto Branquinho;
- Dar conhecimento do presente voto ao mesmo e ao Clube Operário Desportivo.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Atribuir um Voto de Louvor a Gilberto Branquinho;

2.º Dar conhecimento do presente voto ao próprio e ao Clube Operário Desportivo.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

PONTO N.º 3 – NORMAS REGULAMENTARES DO CONCURSO DE PRESÉPIOS DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente o documento com as Normas Regulamentares do Concurso de Presépios do Concelho de Lagoa - Açores, com os objetivos e as regras a que deve obedecer o Concurso de Presépios, que se realiza, anualmente, durante a época festiva de Natal, organizado pela Câmara Municipal de Lagoa e a atribuição de prémios que serão distribuídos pelas referidas categorias.



O Senhor Vereador Roberto Oliveira apresentou alguns pontos que, em sua opinião, poderão melhorar o documento com as Normas Regulamentares do Concurso de Presépios do Concelho de Lagoa - Açores.

Na Cláusula 2.^a Objetivos, deveria acrescentar-se uma alínea - Promover o concelho de Lagoa e o comércio local; e na alínea c) substituir “mensagem natalícia” por “quadra natalícia”;

Na Cláusula 5.^a Admissão a Concurso, deveria acrescentar-se o número 3 – Os concorrentes deverão possibilitar a abertura dos Presépios ao público.

Na Cláusula 7.^a Critérios de Avaliação, na alínea b) Na categoria de Presépio Original deveria acrescentar-se “valorizando a reciclagem ou a reutilização”.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que, em sua opinião, não faz sentido premiar concorrentes de um Concurso de Presépios sem que o público os possa visitar. Acrescentou, que com base nas visitas do público, deveriam criar a possibilidade de votação popular.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado sugeriu que a classificação da apreciação dos Presépios deveria ser repartida em 50% pelo respetivo júri e 50% da votação popular.

A Senhora Presidente referiu que concordam com as sugestões apresentadas pelos Senhores Vereadores e o documento apresentado será corrigido para introdução dessas alterações. Após a receção das inscrições será elaborado um roteiro do qual se dará conhecimento público, com a data e as horas em que o público poderá visitar os Presépios a concurso.

De acordo com o 2 da Cláusula 9.^a o júri visitará os presépios a concurso, para apreciação, na 3.^a semana de dezembro, em data a comunicar posteriormente, podendo a visita do público ser no fim-de-semana a seguir, em horário a definir.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que será estudada a melhor forma da aplicação da votação popular.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o documento com as Normas Regulamentares do Concurso de Presépios do Concelho de Lagoa - Açores;

2.º Encarregar os respetivos Serviços de darem o devido andamento;

3.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:



PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS AOS MELHORES ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE LAGOA:

A Senhora Presidente apresentou a proposta sobre a atribuição de prémios aos melhores alunos da Escola Secundária de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Educação é o pilar fundamental e decisivo para o desenvolvimento e progresso da nossa sociedade;

Considerando que a Escola Secundária de Lagoa tem a missão de formar e educar os jovens lagoenses;

Considerando que o objetivo deste estabelecimento de ensino pauta pela formação dos seus alunos, apostando no desenvolvimento das suas competências pessoais, procurando assim estimular a vertente da criatividade e proatividade, de modo a preparar-lhes para o contexto real do trabalho, no seu futuro profissional;

Considerando que é de todo o interesse incentivar o gosto dos alunos pelo ensino, proponho à Câmara Municipal de Lagoa a atribuição de um prémio monetário no valor de 2.000,00 € (dois mil euros) que deverá ser repartido, de forma igual pelos seguintes alunos:

Diogo Magalhães Sousa (melhor aluno do secundário) e João Dias Rodrigues (melhor aluno do 3.º ciclo), da Escola Secundária de Lagoa, tendo por base os resultados obtidos no ano letivo anterior.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou a seguinte declaração de voto. Vota a favor nos pontos 4, 5 e 6 da agenda de trabalhos desta reunião, porque já houve abertura da maioria Socialista em elaborar um outro documento para atribuição de prémios aos melhores alunos das Escolas, com a apresentação do projeto do Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico, submetido no ponto 7 desta agenda de trabalhos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Atribuir dois prémios monetários, no valor de 1.000,00 € (mil euros) cada, um ao melhor aluno do ensino secundário e o outro ao melhor aluno do 3.º ciclo do ensino básico, da Escola Secundária da Lagoa;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Escola Secundária de Lagoa e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS AOS MELHORES ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE LAGOA:

A Senhora Presidente apresentou a proposta sobre a atribuição de prémios aos melhores alunos da Escola Básica Integrada de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:



"Considerando que a Educação é o pilar fundamental e decisivo para o desenvolvimento e progresso da nossa sociedade;

Considerando que a Escola Básica e Integrada de Lagoa tem a missão de formar e educar os jovens lagoenses;

Considerando que o objetivo deste estabelecimento de ensino pauta pela formação dos seus alunos, apostando no desenvolvimento das suas competências pessoais, procurando assim estimular a vertente da criatividade e proatividade, de modo a preparar-lhes para o contexto real do trabalho, no seu futuro profissional;

Considerando que é de todo o interesse incentivar o gosto dos alunos pelo ensino, proponho à Câmara Municipal de Lagoa a atribuição de um prémio monetário no valor de 1.890,00 € (mil oitocentos e noventa euros) que deverá ser repartido, de forma igual pelos seguintes alunos:

1.º Ciclo

- Ângela da Silva Pacheco;
- Afonso da Costa Rodrigues;
- Beatriz da Costa Oliveira;
- Beatriz Sousa Moniz;
- Clara Andrade Costa Medeiros;
- Luana Pacheco Mendes Pereira;
- Rita Oliveira Quadros;
- Sofia de Fátima Cabral Rodrigues;
- Diogo Valentim Baldomero Matias;
- Alice Martins Raimundo;
- Jorge Pereira Rebelo;
- Maria Carolina de Andrade Benevides;
- Mariana Andrade Vieira;
- Mateus Oliveira Mota;
- Miguel Ventura Marques;
- Gonçalo Trinidad Vasconcelos;
- Henrique Sousa Martins;
- Matilde Vultão Cordeiro;
- Tomás Teodoro Espínola;
- Vitória Moniz Silva.

2.º Ciclo

- Ana Júlia Freitas Furtado;
- Ana Maria Ventura Costa;
- Apolo Cação Caetano;
- Bárbara Maria Raposo Tavares;



- Beatriz Ponte Maré;
- Bernardo da Silva Manes;
- Mariana Rodrigues Santos,

da Escola Básica Integrada de Lagoa, tendo por base os resultados obtidos no ano letivo anterior.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade:

1.º Atribuir o valor de 1.890,00 € (mil oitocentos e noventa euros) aos vinte e sete melhores alunos do 1.º e 2.º ciclo da Escola Básica Integrada de Lagoa, recebendo cada aluno o valor de 70,00 € (setenta euros);

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Escola Básica Integrada de Lagoa e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS AOS MELHORES ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE ÁGUA DE PAU:

A Senhora Presidente apresentou a proposta sobre a atribuição de prémios aos melhores alunos da Escola Básica Integrada de Água de Pau, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Educação é o pilar fundamental e decisivo para o desenvolvimento e progresso da nossa sociedade;

Considerando que a Escola Básica e Integrada de Água de Pau tem a missão de formar e educar os jovens lagoenses;

Considerando que o objetivo deste estabelecimento de ensino pauta pela formação dos seus alunos, apostando no desenvolvimento das suas competências pessoais, procurando assim estimular a vertente da criatividade e proatividade, de modo a preparar-lhes para o contexto real do trabalho, no seu futuro profissional;

Considerando que é de todo o interesse incentivar o gosto dos alunos pelo ensino, proponho à Câmara Municipal de Lagoa a atribuição de dois prémios monetários no valor de 1.000,00 € (mil euros) cada, um prémio para o melhor aluno do 2.º ciclo Manuel António Sousa Oliveira e o outro prémio à melhor aluna do 3.º ciclo Inês do Carmo Ponte Vieira, da Escola Básica Integrada de Água de Pau, tendo por base os resultados obtidos do ano letivo anterior.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Atribuir dois prémios monetários, no valor de 1.000,00 € (mil euros) cada, um ao melhor aluno do 2.º ciclo e o outro ao melhor aluno do 3.º ciclo do ensino básico, da Escola Básica Integrada de Água de Pau;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Escola Básica Integrada de Água de Pau e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.



ENTRADA DO SENHOR VICE-PRESIDENTE RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA NA PRESENTE REUNIÃO.

PONTO N.º 7 – REGULAMENTO MUNICIPAL PRÉMIO DE MÉRITO ACADÉMICO:

Conforme já abordado foi presente o projeto do Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico.

O prémio de «Mérito Académico» atribuído pelo Município de Lagoa - Açores tem como objetivo incentivar o desempenho escolar e premiar o mérito, numa assumida cultura de valorização da excelência enquanto instrumento preponderante para o desenvolvimento económico, cultural e social dos jovens e, consequentemente, da sociedade em geral.

A Senhora Presidente passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira para apresentar o projeto do Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira expôs que o documento apresentado surge na sequência das reuniões que se realizaram com os Conselhos Executivos das Escolas do Concelho de Lagoa. Ficou definido que o prémio de «Mérito Académico» será atribuído pelo Município de Lagoa – Açores, enquanto os prémios de «Mérito Cívico» e «Mérito Desportivo» ficarão a cargo das respetivas Escolas. Mais informou que foi estudada a possibilidade de serem atribuídos outros tipos de prémios que pudessem proporcionar uma experiência, mas uma vez que os mesmos são atribuídos em setembro e alguns dos alunos já não estariam na mesma escola, para além de que as idades seriam muito díspares, deste modo, optaram pelos prémios monetários.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se com a aprovação deste Regulamento Municipal é anulada a continuação do modelo apresentado nos pontos 4, 5 e 6 da agenda de trabalhos desta reunião, tendo a Senhora Presidente respondido afirmativamente.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que este projeto do Regulamento Municipal tem uma falha, pois não inclui a Escola Profissional existente no Concelho de Lagoa.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que já reuniu com a Escola Profissional Inetese e esse assunto na altura não foi abordado, mas esta semana a Escola Profissional manifestou interesse, sendo incluída no período de apreciação pública do referido projeto do Regulamento Municipal.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, em sua opinião, o montante de 50,00 € atribuídos a cada aluno premiado é reduzido, tendo a Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondido que serão vários alunos do 4.º ano, 6.º ano, 9.º ano e 12.º ano a receber aquele prémio.



O Senhor Vereador Roberto Oliveira apresentou que, em sua opinião, o Artigo 6.º Mérito Académico e critérios de desempate, não se justifica, face à redação do Artigo 7.º Procedimento para atribuição de Prémios.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que estas regras foram criadas e aprovadas pelas Escolas e o documento foi revisto pelo Gabinete Jurídico da Câmara Municipal e será importante as regras ficarem bem definidas em Regulamento e uniformizadas por todas as Escolas.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira sugeriu a inclusão na alínea c) do n.º 3 do Artigo 7.º de “faltas injustificadas e assiduidade”, ficando a alínea c) com a seguinte redação:

“c) Declaração de inexistência de infrações disciplinares, faltas injustificadas e assiduidade.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vota a favor do projeto do Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico do Município de Lagoa-Açores, mas considerou pertinentes as observações expostas pelo Senhor Vereador Roberto Oliveira, nomeadamente, que o Artigo 6.º deveria ser suprimido face à redação do Artigo 7.º.

A Senhora Presidente referiu que o projeto do Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico será submetido à apreciação pública e é um documento que poderá sempre ser melhorado.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com o projeto do Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico do Município de Lagoa-Açores;

2.º Submeter à apreciação pública o referido projeto do Regulamento Municipal, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série.

PONTO N.º 8 – CANDIDATURA AO LAGOA INVESTE – HYDOR - RESIDÊNCIAS INTERNACIONAIS DOS AÇORES, LDA.:

Foi presente o processo de candidatura ao Lagoa Investe, apresentado pela HYDOR – Residências Internacionais dos Açores Lda., para subarrendamento do lote 32A do Tecnoparque, com o formulário de candidatura devidamente preenchido, nos termos do artigo 7.º do Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de Interesse Municipal, juntamente com os anexos ali requeridos.

É intenção da empresa proceder à instalação no Tecnoparque de uma unidade de residências assistidas com capacidade para 120 utentes, compreendendo as valências de cuidados de convalescença, residências assistidas para clientes dependentes e estrutura residencial para pessoas idosas.



Pela Comissão de Apreciação de Candidaturas LAGOA-INVESTE foi presente o Relatório Técnico, com a conclusão que abaixo se transcreve:

“Conclusão:

Tendo em conta as considerações vertidas ao longo do presente relatório, em especial a última parte referente à reavaliação do imobilizado para capitalizar o investimento, a comissão de análise é de opinião de que, nos moldes apresentados e propostos, não reúne as condições para ser aprovada.

Termos em que, que a candidatura não deverá ser aprovada.

No entanto, caberá ao competente Órgão, Câmara Municipal de Lagoa a decisão final, de rejeição da candidatura ou da sua aceitação com as condicionantes identificadas pela comissão de análise.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou informações sobre as candidaturas apresentadas, nos pontos 8 e 9 da agenda de trabalhos desta reunião.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente informou que as duas candidaturas foram apresentadas, ao abrigo do Regulamento - LAGOA INVESTE, para subarrendamento dos lotes 32A e 32B do Tecnoparque. Na candidatura apresentada pela HYDOR – Residências Internacionais dos Açores Lda., para o lote 32A, é intenção da empresa proceder à instalação de uma unidade de residências assistidas, com capacidade para 120 utentes e na candidatura apresentada pela HYDRANGEAS – Internacional Villages, Lda., para o lote 32B, é intenção da empresa proceder à instalação de um aldeamento turístico destinado a uma população sénior autónoma, com capacidade para 40 villas de tipologia T1 e 5 villas de tipologia T2.

Mais informou o Senhor Vice-Presidente que as intenções apresentadas pelas empresas nas duas candidaturas são interessantes no contexto da integração e potenciação com as infraestruturas que estão em desenvolvimento na zona do Tecnoparque. No entanto, a Comissão de Apreciação de Candidaturas LAGOA-INVESTE identificou nos estudos de viabilidade económica, apresentados pelos promotores, situações sobre as quais coloca reservas quer ao nível do modelo de efetivação do investimento quer no seu enquadramento, nomeadamente, na forma utilizada para capitalizar o investimento e no modelo FBR escolhido para a construção dos edifícios, entre outros. Como resultado dessa avaliação, apresentou nas conclusões que as candidaturas, nos moldes apresentadas e propostas, não reúnem as condições para serem aprovadas, cabendo à Câmara Municipal de Lagoa a decisão final.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que apesar de compreender as reservas apresentadas nos Relatórios Técnicos da Comissão de Apreciação de Candidaturas LAGOA-INVESTE, irá abster-se na deliberação do ponto 8 desta reunião, porque não têm os meios técnicos necessários para avaliar a conformidade das candidaturas apresentadas.



O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que também se abstém nas deliberações dos pontos 8 e 9 desta reunião.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, não dar parecer favorável à candidatura apresentada pela HYDOR – Residências Internacionais dos Açores Lda., com base no relatório emitido pela Comissão de Apreciação de Candidaturas LAGOA-INVESTE.

PONTO N.º 9 – CANDIDATURA AO LAGOA INVESTE – HYDRANGEAS - INTERNATIONAL VILLAGES, LDA.:

Foi presente o processo de candidatura ao Lagoa Investe, apresentado pela HYDRANGEAS – Internacional Villages, Lda., para subarrendamento do lote 32B do Tecnoparque, com o formulário de candidatura devidamente preenchido, nos termos do artigo 7.º do Regulamento - LAGOA INVESTE - Regulamento de apoio e incentivo a iniciativas económicas de Interesse Municipal, juntamente com os anexos ali requeridos.

É intenção da Empresa proceder à instalação no Tecnoparque de um aldeamento turístico destinado a uma população sénior autónoma, com capacidade para 40 villas de tipologia T1 e 5 villas de tipologia T2, compreendendo também um conjunto de serviços na área da saúde e bem-estar adequados às necessidades, expetativas e atividades de vida diária de uma população autónoma, mas de idade mais avançada.

Pela Comissão de Apreciação de Candidaturas LAGOA-INVESTE foi presente o Relatório Técnico, com a conclusão que abaixo se transcreve:

“Conclusão:

Tendo em conta as considerações vertidas ao longo do presente relatório, em especial a última parte referente à reavaliação do imobilizado para capitalizar o investimento, a Comissão de análise é de opinião de que, nos moldes apresentados e propostos, não reúne as condições para ser aprovada.

Termos em que, que a candidatura não deverá ser aprovada.

No entanto, caberá ao competente Órgão, Câmara Municipal de Lagoa a decisão final, de rejeição da candidatura ou da sua aceitação com as condicionantes identificadas pela comissão de análise.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que mesmo percebendo as conclusões da Comissão de Apreciação de Candidaturas, entende que este investimento apresenta um risco de insucesso muito menor que o apresentado no ponto 8 e até mesmo que os outros dois investimentos em fase de realização no Tecnoparque, nomeadamente o hospital privado e o hotel, uma vez que a proposta caracteriza-se pela construção de moradias num



aglomerado, que pode comparar-se a um condomínio fechado, o que poderá ser sempre um modelo de ocupação de parte daquele loteamento, sendo por si só um investimento de rentabilidade razoavelmente aceitável, posto isso vai meramente abster-se nesta votação, por não concordar inteiramente com as conclusões da dita comissão, uma vez que esta analisa meramente o negócio conforme apresentado e não nas possibilidades que este possa ser convertido.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, não dar parecer favorável à candidatura apresentada pela HYDRANGEAS – Internacional Villages, Lda., com base no relatório emitido pela Comissão de Avaliação de Candidaturas LAGOA-INVESTE.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 10 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 14 de novembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 565.786,59 € (quinhentos e sessenta e cinco mil setecentos e oitenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 11 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Patrícia Moniz Teixeira e Brian Rafael d' Estrela, solteiros, residentes na Estrada de Portugal e das Comunidades n.º 29, freguesia do Cabouco, Concelho de Lagoa – Açores, na qualidade de futuros proprietários, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio rústico, sito à Mangana, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 196/19850717, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 73, secção I.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:



"Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

O requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à aquisição, em regime de compropriedade, de um prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 73 e secção I da freguesia do Rosário.

À que referir do pedido de compropriedade do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade."

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:00 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu , Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO